

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Elaine Cristina Martins SILVA*
Profª Drª Luciana Ap. FERRAREZI**

RESUMO

Este trabalho de pesquisa procura abordar a Educação Financeira no Brasil no que diz respeito à ausência de conhecimento financeiro que gera grave repercussão tanto na vida do cidadão quanto na do país. Seguindo uma tendência mundial o governo brasileiro estuda desde 2007 uma Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, e reconhece a Educação Financeira como ferramenta de inclusão social de melhoria da vida do cidadão e de promoção do sistema financeiro do país, de modo que estes possam tomar decisões fundamentadas e seguras considerando o planejamento realizado de suas finanças e saibam distinguir dentre as várias opções de investimentos existentes aquela que melhor condiz com os riscos e retornos pretendidos. Para tanto, as instituições financeiras devem criar um modelo de responsabilidade social capaz de conciliar os seus interesses e os da sociedade. Para o êxito do programa ENEF, é necessário a participação dos educadores, das empresas, de ações do governo, das instituições financeiras e das organizações não governamentais. De acordo com o estudo de caso apresentado neste trabalho a partir dos dados da Instituição Educacional Ivoti, notamos que é possível alcançar resultados expressivos na mudança de atitude dos alunos, que se tornam mais conscientes no ato de comprar, economizar e que passam a ter um posicionamento mais ético e participativo em relação aos problemas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira. Investimentos. Planejamento.

ABSTRACT

This research seeks to address the Financial Education in Brazil with regard to the lack of financial knowledge that leads to serious repercussions both in the life of the citizen and in the country. Following a global trend, the Brazilian government studies since 2007 a National Strategy for Financial Education - ENEF, and recognizes the financial education as a tool for social inclusion to improve the life of the citizen and to promote the country's financial system, so that they can make informed and safe decisions considering the planning on their finances and distinguish among the various investment options available that one which best matches the risks and returns required. For this, financial institutions must create a social responsibility model able to reconcile their interests and society. For the success of the ENEF program it's necessary the participation of educators, businesses, government action, financial institutions and non-governmental organizations. According to the case study presented in this project based on data from the Educational Institution Ivoti, we note that it's possible

* Tecnóloga em Produção Industrial pela FATEC/TQ - Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga. elaine_martins@yahoo.com.br

** Docente da FATEC/TQ -Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga. luciana.ferrarezi@fatectq.edu.br.

to achieve significant results in changing attitudes of students, who become more aware in the act of buying, saving, leading then to a more present and ethical positioning in relation to social problems.

KEYWORDS: *Financial Education. Investments. Planning.*

INTRODUÇÃO

Devido às fortes mudanças ocorridas no âmbito econômico e social dos últimos anos, e buscando adequar-se aos modelos internacionais já existentes, o governo brasileiro vem adotando medidas e criando um grupo de trabalho para fomentar a cultura financeira no país. As medidas são para proteger os consumidores dos produtos financeiros, por meio de regulação e fiscalização, serão tanto mais efetivas quanto maior for a sincronia com os esforços educacionais. Além disso, a existência de maior grau de conhecimento de finanças tende a promover uma maior formação de poupança. A educação pode atuar diretamente nas variáveis pessoais e sociais, contribuindo para formar uma cultura de planejamento de vida.

O artigo busca tratar da Gestão Financeira e de sua importância em aplicar o planejamento como alicerce, tanto no cotidiano empresarial como para gerenciar os orçamentos familiares, bem como a definição de investimentos e acúmulo de bens, tornando claro que investimentos geram lucros e bens geram despesas. O papel das Instituições Financeiras também se destaca dentro do processo de desenvolvimento da educação financeira e responsabilidade social, sendo que o modelo de educação financeira que abordamos será o implantado na Instituição Educacional Ivoti.

Gestão financeira

A gestão financeira, ou conhecida como administração financeira, através de suas técnicas e procedimentos, direciona as ações do responsável pelas finanças a trilhar caminhos mais rentáveis. Amparados por ações seguras e com menor incidência de riscos, esta gerência financeira contribui para evidenciar a melhor forma de captar, investir e distribuir corretamente os valores monetários que se encontram em seu poder.

De acordo com Hoji (2009, p.12), “a empresa é um sistema de geração de lucros”.

Do ponto de vista dos acionistas, uma empresa pode ser visualizada como um sistema que gera lucro e aumenta os recursos nela investidos. A empresa, representada por seus administradores (diretores e gerentes) e empregados em geral, interage com os agentes econômicos do ambiente em que está inserida, gera os resultados econômicos e financeiros e remunera os acionistas pelo investimento realizado.

O objetivo econômico e financeiro de uma família é, também, de longo prazo e não difere, em sua essência do conceito aplicado em empresas. Guardadas as suas devidas proporções, o sistema de geração de lucro pode ser transportado para o ambiente da família.



Ilustração 1: Visão da Empresa como sistema de geração de lucro
Fonte: Hoji, 2009.

Comparando as relações existentes entre os componentes da ilustração 1 com a realidade da família, podemos confirmar suas semelhanças.

Concorrendo no mercado de trabalho ou com negócio próprio, você e sua família geram renda, pagam tributos, tomam empréstimo bancário, faz aplicação financeira, compra, vende etc, e no fim, pode retribuir quem investiu em você, participando de uma cadeia em um processo contínuo. Muitas pessoas nunca conseguem aposentar-se efetivamente, pois precisam continuar trabalhando mesmo após o início da aposentadoria oficial, para complementar os recursos necessários para a própria sobrevivência. Por isto é necessário ter um planejamento financeiro de longo prazo, constantemente monitorado, para poder aposentar-se e usufruir a riqueza acumulada durante sua vida de trabalhador. (HOJI, 2009, p.14).

Após comparações, percebe-se que existe um elevado grau de semelhança entre a entidade familiar e a empresa. A função atribuída ao gestor financeiro empresarial (diretores e executivos) é a mesma atribuída ao gestor financeiro familiar (chefe da família). Assim, suas responsabilidades são de tomar decisões, baseadas em análise, planejamento e controle financeiro.

O processo decisório diz respeito às etapas do ciclo de planejamento e a seleção das alternativas mais apropriadas para o cenário do mercado. Em resumo, é a partir do modelo de gestão que definimos a estrutura organizacional e o processo decisório.

Investimentos financeiros

Em linguagem financeira, o termo investimento pode ser definido de forma abrangente como aplicação de dinheiro e título, ações, imóveis, maquinários etc., com o propósito de obter ganho (lucro).

Segundo Kiyosaki (2000, p.65), “a principal causa da dificuldade financeira está simplesmente no desconhecimento da diferença entre um ativo e um passivo”.

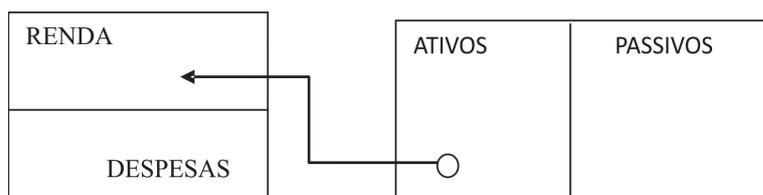


Ilustração 2: Fluxo de Caixa Ativo e Passivo
Fonte: Kiyosaki (2000)

A ilustração acima é uma demonstração de renda, muitas vezes chamada de Demonstração de Lucros e Perdas. O diagrama de ativos e passivos é um balanço, porque representa o equilíbrio entre ativos e passivos. As setas no diagrama representam o movimento do dinheiro ou fluxo de caixa, ou seja, para uma vida financeira independente o fluxo deve ser ativos que geram renda.

De uma forma ilustrativa, Kiyosaki (2000, p.13) descreve o processo como “Corrida dos Ratos” fazendo uma associação com o jogo financeiro de tabuleiro chamado de Cashflow. O objetivo do jogo é sair da pista interna chamada de Corrida dos Ratos e alcançar a pista externa ou Pista de Alta Velocidade, que simula o jogo dos ricos na vida real.

Se você observar a vida das pessoas de instrução média, trabalhadoras, você verá uma trajetória semelhante. A criança nasce e vai à escola. Os pais se orgulham porque o filho se destaca, tira notas boas e consegue entrar na faculdade. O filho se forma, talvez faça uma pós-graduação, e então faz exatamente que estava determinado: procura um emprego. Geralmente o filho começa a ganhar dinheiro, chega um monte de cartões de crédito e começam as compras. O filho casa, a mulher e o marido trabalham. Eles se sentem bem sucedidos, seu futuro é brilhante, e eles decidem comprar uma casa e ter filhos. Eles trabalham mais arduamente, voltam a estudar para obter especialização e ganhar mais dinheiro. Suas rendas crescem, a alíquota do imposto de renda, o imposto predial, as contribuições para a Seguridade Social. (KIYOSAKI, 2000, p.14-15).

A maioria das pessoas adota este tipo de comportamento, trabalham cada vez mais para alcançar objetivos que na grande maioria das vezes trará mais gastos. Estão condicionadas a pensarem dessa forma porque tiveram esses ensinamentos dos pais e de toda a sociedade. Conclusão, seus filhos também adotarão a mesma conduta.

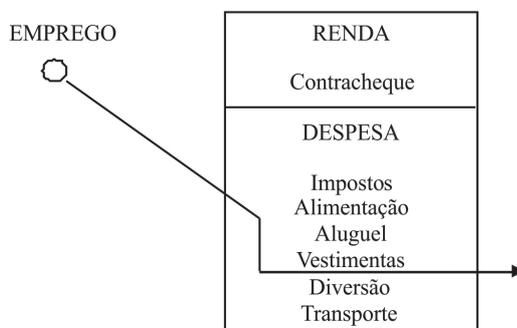


Ilustração 3: Fluxo de Caixa Contracheque
Fonte: Kiyosaki (2000)

A única maneira de sair da Corrida dos Ratos é adquirir conhecimento financeiro, principalmente na área de investimentos. O diagrama abaixo retrata o fluxo de caixa dos investidores, e podemos concluir que a geração de renda está nos investimentos, onde os ativos trabalham para gerar mais renda. Com o recebimento dos dividendos e juros, o investidor paga suas despesas. A grande diferença em relação ao fluxo de caixa de quem não investe. É que, no caso dos ativos, o valor só tende a crescer, enquanto no fluxo do contracheque, após pagar suas despesas, não restará nenhuma renda.

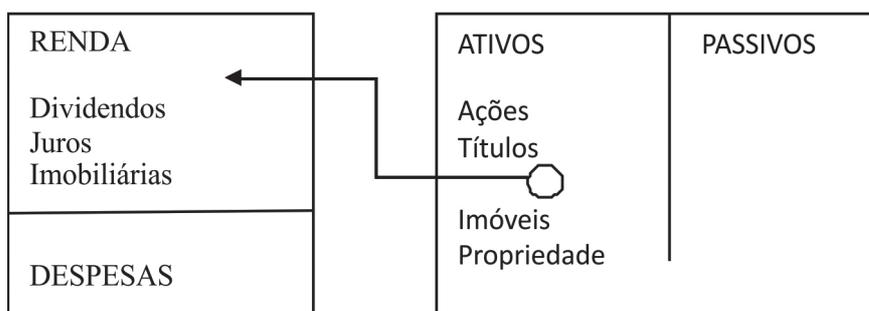


Ilustração 4: Fluxo de Caixa Baseado em Ativos
Fonte: Kiyosaki (2000)

Todos esses diagramas estão obviamente bastante simplificados. Mas, ilustram o comportamento adotado pela maioria das pessoas em relação ao dinheiro. E esclarece a diferença entre investimentos (geram lucro) e bens (geram despesas).

O papel das Instituições Financeiras

Quando se fala em dinheiro e crédito, uma das primeiras palavras a serem lembradas é o Sistema Financeiro. Ao contrário do que muitas pessoas acreditam o Sistema Financeiro não é formado apenas por um conjunto de bancos e entidades poderosas. O fluxo do dinheiro envolve principalmente a sociedade. É baseado no comportamento dos cidadãos que compram, poupam e adquirem bens e serviços que o Sistema Financeiro Nacional regula as regras para o Mercado Financeiro.

O mercado financeiro existe porque alguns agentes poupam mais do que investem, enquanto outros agentes investem mais do que poupam, sendo necessária a transferência de recursos entre tais agentes, ou seja, o mercado financeiro é o mercado onde o uso do dinheiro disponível na sociedade é trocado entre pessoas e empresas que precisam de dinheiro.

Para Musa (2006, p.85) o mercado financeiro é constituído por todas as pessoas que movimentam dinheiro e que, diariamente, essas pessoas (cada um de nós) assume um ou mais dentre três papéis sociais: poupadores, emprestadores (ou circuladores) e creditados. Para o autor os poupadores são todas as pessoas que guardam dinheiro nos bancos, os emprestadores são todas as instituições financeiras, e os creditados são as pessoas que tomam dinheiro emprestado.

Evidentemente existem muitos conflitos de interesse entre cada um desses agentes. Enquanto os poupadores querem ver seu dinheiro crescer, os creditados negociam para pagar menos juros aos

poupadores e emprestadores e, frequentemente não gostam de prestar informações pessoais nem para os emprestadores nem para o sistema de proteção ao crédito. Já os emprestadores precisam dessas informações para aumentar a garantia de suas operações e também querem ser bem remunerados pelo trabalho que prestam, de preferência, ficando com uma fatia dos ganhos que ajudaram os poupadores a obter.

Atualmente, vivemos em um momento de expansão de crédito. As facilidades oferecidas pelo mercado impulsionam o crescimento das vendas, principalmente devido a certa estabilidade da inflação.

Segundo Neto (2009, p.76) “as diversas negociações financeiras têm como referência comum a taxa de juros, como a moeda de troca dos mercados financeiros”.

Por outro lado, as pessoas sentem dificuldades em calcular as taxas de juros, desconhecem seu mecanismo e na hora de efetivar a compra só analisam se o valor da prestação cabe em seu orçamento. Essa atitude resulta no aumento da inadimplência e conseqüentemente no aumento dos juros. Os juros altos inibem a atividade produtiva, restringem o consumo, aumentam o desemprego e levam ao baixo crescimento.

Muitas vezes os estabelecimentos comerciais ganham mais emprestando dinheiro a juros (embutidos nas prestações) do que no comércio propriamente dito. É a moda do “pagamento parcelado sem juros”. É natural que um negociante busque maior ganho possível.

A dinâmica do mercado é muito complexa para que apenas a legislação resolva tudo. Além de fazer valer as leis que coíbem abusos, o consumidor consciente deve sempre estar atento aos juros, recusar ofertas que não estejam totalmente claras, controlar a ansiedade e buscar alternativas.

Segundo Giannetti (2005, p.232), o conceito de juros vai além das fronteiras da ciência econômica, está totalmente ligado ao nosso psicológico. Argumenta que os juros são ditados por duas atitudes que, em relação às trocas do tempo, se complementam: pagar agora, viver depois (posição credora) ou viver agora, pagar depois (posição devedora).

A primeira atitude foca o futuro, e expressa a preferência de cuidar do amanhã, ou seja, antecipar custos em troca do aumento dos benefícios futuros. A segunda atitude se esforça para melhorar as condições do presente, aproveitar as oportunidades imediatas e desfrutar o momento. É claro que, quanto maior o tempo, maior acréscimo do custo. Por outro lado, a vida é agora. A impaciência em desfrutar as coisas boas da vida, aliada a uma visão confiante do futuro, pode perfeitamente, levar a sociedade a consumir sem delongas o que produz. (GIANETTI, 2005, p.239).

Percebemos que o tamanho das taxas de juros praticadas pelo mercado financeiro resulta de decisões humanas. E isso não se faz com palavras, mas com atitudes. De nada adianta reclamar dos juros altos e, ao mesmo tempo, aceitar pagá-las, simplesmente por não ser capaz de conter o desejo de comprar. Para o mercado valem os números e as decisões reais.

Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social é um fenômeno que se instalou no Brasil, principalmente na última década, entre as organizações de uma forma geral. As organizações bancárias brasileiras desenvolveram um vínculo com o compromisso social, o que evidencia um reposicionamento do setor e levanta dúvidas sobre seus interesses particulares.

O setor bancário sempre foi dito como vilão na sociedade, o engajamento dos bancos no movimento pela Responsabilidade Social é uma tentativa de modificar a imagem negativa. Um dos motivadores para a inclusão dos bancos no movimento pela Responsabilidade Social foi o aumento da participação dos bancos com controle estrangeiro.

Os bancos têm construído um modelo de Responsabilidade Social específico capaz de conciliar os seus interesses, ou melhor, estratégia de sobrevivência, associado aos interesses da sociedade. Hoje o setor figura nas publicações especializadas como grande investidor social, a busca por espaço na mídia e por premiações tornou-se uma forma de autenticar as empresas diante da sociedade, o que pode amenizar a imagem negativa, gerada em função da exposição sofrida em relação à divulgação de lucros exorbitantes.

O conceito de Responsabilidade Social pode variar bastante, conforme o enfoque desejado. Em geral, as instituições bancárias têm seguido o conceito definido pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2004), para o qual Responsabilidade Social:

é a forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a erradicação das desigualdades sociais. (CAPRI, 2008, p.07).

A Responsabilidade Social passou ao longo da última década, a ser uma ação planejada nas organizações bancárias, ao mesmo tempo em que transformou em valor social capaz de contribuir para a legitimidade do setor. As instituições bancárias têm como alvo para seus investimentos, principalmente a educação financeira.

Gestão pública e controle social

As mudanças econômicas, sociais e tecnológicas dos últimos anos têm apontado para a urgência na implementação de ações com o objetivo de educar financeiramente a população, e não apenas no Brasil. No mundo inteiro, o mercado financeiro está cada vez mais sofisticado e novos produtos são oferecidos continuamente ao público.

Órgãos internacionais passaram a estudar o assunto com maior profundidade, e o conceito sobre Educação Financeira foi elaborado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com informação, formação e orientação claras possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar e, assim, tenham a possibilidade de contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (Salito, 2008 p.63).

Consciente da necessidade de investir na cultura financeira do país, o governo brasileiro constituiu em novembro de 2007, um grupo de trabalho com representantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), para desenvolver uma proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), prevendo uma promoção de um inventário nacional de ações e de projetos de Educação Financeira do país, além de uma pesquisa que mapeie o grau de conhecimento financeiro da população brasileira.

A estrutura da ENEF foi apresentada em Brasília dia 29 de outubro de 2009 pela COREMEC (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização) com a finalidade de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular.

O Programa está sendo oferecido como projeto-piloto para algumas escolas selecionadas. O Programa é apresentado por intermédio de materiais didáticos – Livro do Aluno e Livro do Professor – concebidos a partir das diretrizes definidas pelo Grupo de Trabalho instituído para propor a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). O Livro do Aluno é composto por diversas situações didáticas que contextualizam os conceitos de educação financeira, buscando identificar a presença do sistema financeiro nacional no dia-a-dia.

De acordo com o projeto de Lei 206/2009, são nove os fatores que tornam relevante a Educação Financeira no país:

- Orientar sobre o uso correto do crédito e demais produtos financeiros para evitar o endividamento e a inadimplência;
- Planejar o uso dos recursos financeiros, pessoas e familiares;
- Despertar o interesse e a consciência sobre gestão financeira em busca de um diagnóstico da situação pessoas e familiar;
- Entender a importância do controle do orçamento doméstico por meio do conhecimento de conceitos como receita bruta, receita líquida, custos e despesas;
- Desenvolver mentalidade e a atitude de economizar, investir e poupar visando ao equilíbrio financeiro;
- Evitar o desperdício e valorizar o consumo com base em critérios racionais;
- Dar embasamento às decisões de investimento e financiamento;

- Evitar que o consumidor se torne vítima de propagandas enganosas;
- Preparar novas gerações para o uso inteligente e responsável do dinheiro.

Esse processo implica na elaboração de programas e currículo voltado ao desenvolvimento de habilidades ligadas à formação de poupança, à obtenção de crédito, às decisões de aposentadoria, ou seja, conteúdo sobre os quais os indivíduos apresentam conhecimento em nível inadequado.

Estudo de Caso - Instituto de Educação Ivoti – IEI

O Projeto de Educação Financeira do Instituto de Educação Ivoti, na cidade de Ivoti no Rio Grande do Sul, existe desde 2002 e é uma realização da Luterprev em parceria com a rede Sinodal de Educação. O Projeto é desenvolvido em 16 instituições do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e tem como objetivo despertar crianças jovens e adultas o raciocínio financeiro, a visão ética e de responsabilidade social necessários para a construção de uma sociedade sustentável.

Nas escolas, as atividades do Projeto podem ocorrer durante as aulas, em diversas disciplinas, ou em oficinas específicas, conforme a abordagem pedagógica escolhida por cada uma. As crianças aprendem a entender a função do dinheiro, sua relação com o dia-a-dia e com o futuro. Os conteúdos são ministrados de acordo com as idades e as séries de cada grupo de crianças e adolescentes, adequando os ensinamentos à sua realidade e grau de compreensão e entendimento específicos. Orientados pelos professores habilitados pelo Projeto, os alunos refletem sobre valor do salário, relações de consumo, compras a prazo e à vista, a importância de economizar, consumismo e outros pontos igualmente importantes, possibilitando que tracem perspectivas éticas e sociais do dinheiro.

No Instituto Ivoti, que será motivo de estudo, o projeto abrange os alunos de 2º a 4º série com enfoques temáticos integrados ao programa curricular obrigatório, de 5º a 8º série aborda planos de estudo de matemática, ética, história e informática. E para os alunos do ensino médio possui projetos interdisciplinares. Neste caso o Projeto de Educação Financeira tem uma carga horária de duas horas semanais, e os alunos se inscrevem espontaneamente. A escola oferece várias possibilidades de disciplinas além das matérias regulares. São as chamadas disciplinas facultativas, nas quais o aluno se matricula se tiver interesse no conteúdo/programa da disciplina. Isso evidencia um aspecto da Educação oferecido pela Instituição: o aluno precisa decidir-se por qual caminho seguir, já que se oferecem muitas possibilidades de formação.

No andamento do Projeto, os alunos são incentivados a fazer pesquisa e levantamento de dados junto às suas famílias quanto ao orçamento doméstico. Com base nas porcentagens da renda familiar fazem comparações e tentam aperfeiçoar o uso do dinheiro de cada família, discutindo os gastos e encontrando alternativas para redução. Esse é o primeiro passo do projeto que busca alertar os alunos quanto ao uso consciente dos recursos naturais como água e luz. Dentre as soluções apresentadas pelos alunos encontram-se o processo de economia e o processo de reciclagem de materiais.

O projeto cria condições para que os estudantes, independente da idade, possam refletir a respeito da responsabilidade de cada um no planejamento e administração econômica, aprendendo a dar importância ao ato de economizar, gerando consciência de investimentos em qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Infelizmente, no Brasil não existe uma cultura voltada à gestão financeira e planejamento, isso é resultado da ausência de debates e ações sobre o tema educação financeira. A falta de conhecimento da população sobre a melhor forma de utilizar os produtos financeiros existentes, e o alto crescimento de produtos oferecidos pelas instituições, causa os altos índices de endividamento da população, gerando aumento das taxas bancárias e crescente inadimplência dos brasileiros.

Esses fatores contribuem para o entrave do crescimento do país, portanto, ao contrário do que pensa a maioria das pessoas, a falta de planejamento no orçamento familiar ou planejamento empresarial não traz consequências negativas apenas pessoais, mas também influencia nas decisões do governo, afetando a estrutura de um país.

Buscando enquadrar-se nos modelos internacionais, o governo brasileiro cria estratégias para incluir a educação financeira como tema obrigatório nas escolas, e desenvolve projetos de ensino para todas as idades. O projeto está sendo implantado em algumas escolas-piloto e foi resultado de um inventário nacional de ação que teve o objetivo de cadastrar projetos já existentes.

Através da experiência do Instituto Educacional Ivoti e dos resultados obtidos, podemos afirmar que o projeto cria condições do aluno diferenciar os produtos financeiros mais rentáveis, saber analisar os riscos e estar mais preparado para tomar decisões e cumprir compromissos financeiros. A longo prazo espera-se que essas ações transformem esses jovens em cidadãos financeiramente preparados e que exerçam uma postura ética dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

- CAPRI, C. B. T. *Responsabilidade Social Corporativa*. Instituto Ethos. 2008. 28 p. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em: 11 abr. 2010.
- GIANETTI, E. *O Valor do Amanha: ensaio sobre a natureza dos juros*. 1 ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2005.
- KIYOSAKI, R. T. LETCHTER, S. L. *Pai Rico Pai Pobre*. 64 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- HOJI, M. *Administração Financeira na Prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MUSA, R.A. *et al.* *Caderno temático- O consumo Consciente do dinheiro e do Crédito*. 123 p. São Paulo: Instituto Akatu, 2006.
- NETO, A. A. *Mercado Financeiro*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.